



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às catorze horas, de forma híbrida, reuniu-se o Conselho Universitário — Consuni da Universidade Federal Rural do Semi-Árido — Ufersa, sob a presidência do Vice-Reitor, **Nildo da Silva Dias**, para deliberar sobre a pauta da décima segunda reunião ordinária de dois mil e vinte e cinco. Estiveram presentes os conselheiros **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** e **Damilson Ferreira dos Santos**, do Centro Multidisciplinar de Angicos — CMA; **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva** e **Ananias Agostinho da Silva**, do Centro Multidisciplinar de Caraúbas — CMC; **Pedro Thiago Valerio de Souza** e **Tamms Maria da Conceição Moraes Campos**, do Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros — CMPF; **Danniel Cavalcante Lopes** e **Rafael Castelo Guedes Martins**, do Centro de Ciências Exatas e Naturais — CCEN; **Liz Carolina da Silva Lagos Cortes Assis** e **Adrian José Molina Rugama**, do Centro de Ciências Agrárias — CCA; **Aline Lidiane Batista** e **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum**, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde — CCBS; **José Albenes Bezerra Júnior** e **Angelo Magalhães Silva**, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas — CCSAH; **Wesley de Oliveira Santos** e **Ednardo Pereira da Rocha**, do Centro de Engenharias — CE; **Maria Kaliane de Oliveira Moraes**, **Milena Paula Cabral de Oliveira** e **Talita Barbosa Abreu Diógenes**, representantes técnico-administrativos; e **Maria Marleide da Cunha Matias**, representante da comunidade. **Conselheiros com falta justificada:** Marcilene Vieira da Nóbrega e Andrea Ferreira de Moura. **Conselheiros com falta não justificada:** Johnnatan Fernandes da Silva Mota, Avila Kelly de Medeiros Nicolau e Amanda Nayara de Melo Costa. Tendo constatado quórum legal, o presidente do Conselho, **Nildo da Silva Dias**, declarou aberta a reunião. Em seguida, leu e colocou em votação a justificativa de ausência da conselheira Marcilene Vieira da Nóbrega, a qual foi aprovada por unanimidade; e da conselheira Andrea Ferreira de Moura, a qual foi aprovada com dezoito votos favoráveis e uma abstenção. Posteriormente, realizou a leitura da pauta e a colocou em discussão. Apresentou uma solicitação de inclusão de dois processos de afastamento, um da professora Ana Tereza de Abreu Lima e outro da professora Akynara Aglaé Rodrigues Santos da Silva Burlamaqui, no ponto de pauta três e colocou em discussão, a qual foi aprovada com dezesseis votos favoráveis e três abstenções. Em seguida, pôs em votação a pauta como um todo, a qual foi aprovada por unanimidade, ficando da seguinte forma: **PAUTA: primeiro ponto:** apreciação e deliberação sobre a ata da 11ª Reunião Ordinária de 2025; **segundo ponto:** apreciação e deliberação sobre processos de redistribuição dos docentes Gabriela Salami, processo 23091.015325/2025-08, e Francisco Klebson Gomes dos Santos, processo 23091.015418/2025-19; **terceiro ponto:** apreciação e deliberação sobre processos de afastamento dos docentes Angélica Félix de Castro, processo 23091.016026/2025-93, Francisco Vieira de Oliveira, processo 23091.016029/2025-12, Ana Tereza de Abreu Lima, processo 23091.014075/2025-02; e Akynara Aglaé Rodrigues Santos da Silva Burlamaqui, processo 23091.014988/2025-86; **quarto ponto:** apreciação e deliberação acerca da revogação das Resoluções Consuni/Ufersa nº 010, de 24 de novembro de 2014; nº 6, de 17 de abril de 2017; e nº



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

33 20, de 10 de junho de 2021; **quinto ponto**: apreciação e deliberação sobre o Plano de Desenvolvimento
34 Institucional – PDI, para o período de 2026–2030, da Ufersa. **Sexto ponto**: Outras ocorrências. **PRIMEIRO**
35 **PONTO**. O presidente deste Conselho, **Nildo da Silva Dias**, leu o ponto e pôs em apreciação. Não havendo
36 manifestações, pôs em votação, a qual foi aprovada com dezessete votos favoráveis e duas abstenções.
37 **SEGUNDO PONTO**. O presidente deste Conselho, **Nildo da Silva Dias**, realizou a leitura do ponto e pôs em
38 discussão. O conselheiro **Wesley de Oliveira Santos** reafirmou que o processo envolve a Universidade Federal
39 Rural de Pernambuco – UFRPE e a Ufersa, apenas para fins de esclarecimento. O presidente deste Conselho,
40 **Nildo da Silva Dias**, pôs o processo da docente Gabriela Salami em votação, a qual foi aprovada por
41 unanimidade. Em seguida, pôs o processo do docente Francisco Klebson Gomes dos Santos em votação, a qual
42 foi aprovada por unanimidade. **TERCEIRO PONTO**. O presidente deste Conselho, **Nildo da Silva Dias**, leu o
43 ponto de pauta e pôs em apreciação. Sem manifestações, colocou o processo da servidora Angélica Félix de
44 Castro em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. Passou ao processo do servidor Francisco Vieira de
45 Oliveira, em que o conselheiro **Pedro Thiago Valério de Souza** solicitou a palavra e levantou dois
46 questionamentos: o primeiro referente a uma possível inconsistência nas datas do período de afastamento; e o
47 segundo relacionado à posição do servidor no Plano de Qualificação Docente – PQD, uma vez que ele figurava
48 como décimo segundo classificado, sem constar no processo documentação que indicasse a situação dos
49 docentes melhor ranqueados. Contudo, destacou que o servidor atendia aos requisitos para o afastamento
50 solicitado. Em resposta, o conselheiro **Wesley de Oliveira Santos** corroborou a informação feita pelo conselheiro
51 anterior, acerca das datas que constavam no documento, destacando que normalmente há diferença de um dia
52 entre elas. O presidente deste Conselho, **Nildo da Silva Dias**, comentou que, em situações semelhantes,
53 docentes melhor classificados costumam abrir mão do afastamento, o que poderia explicar a posição do servidor.
54 O conselheiro **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** esclareceu que não era do departamento do servidor, mas
55 observou que o processo continha a anuência de docentes para assumir as disciplinas, o que dispensaria a
56 utilização de vaga de substituto. Ressaltou que, nesses casos, não seria necessária a utilização das vagas do
57 PQD destinadas à contratação de substituto. O presidente deste Conselho, **Nildo da Silva Dias**, concordou com a
58 colocação, acrescentando que a classificação do PQD está diretamente relacionada à necessidade de contratação
59 de professor substituto, o que não ocorreria neste caso. O conselheiro **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum**
60 ponderou que, de acordo com seu entendimento da resolução vigente, a participação no ranqueamento do PQD
61 seria obrigatória, independentemente da contratação de substituto, e que a anuência dos colegas também seria
62 necessária, não tendo conhecimento de eventual mudança normativa recente. Na sequência, o conselheiro **Pedro**
63 **Thiago Valério de Souza** agradeceu os esclarecimentos, mas reforçou a preocupação quanto à necessidade de
64 documentação formal que atestasse a inexistência de contratação de substituto, a fim de resguardar a ordem do
65 PQD e os direitos dos docentes melhor classificados. O conselheiro **Damilson Ferreira dos Santos**, docente do
66 mesmo departamento do servidor, esclareceu que o processo havia seguido todos os trâmites regulares, que o
67 afastamento pós-doutoral, por ser de apenas um ano, não demandava contratação de substituto e que a anuência



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

68 dos pares era suficiente, conforme prática adotada. Na sequência, o conselheiro **Lucas Ambrósio Bezerra de**
69 **Oliveira** reforçou que o processo continha termo de compromisso de três docentes do departamento para assumir
70 as disciplinas, conforme relatório do centro, o qual destacava que não haveria prejuízo à comunidade acadêmica.
71 Não havendo outras manifestações, o presidente deste Conselho, **Nildo da Silva Dias**, pôs em votação, a qual foi
72 aprovada com catorze votos favoráveis e cinco abstenções. Em seguida, pôs o processo da servidora Ana Tereza
73 de Abreu Lima em discussão e, não havendo manifestações, pôs em votação, a qual foi aprovada com dezesseis
74 votos favoráveis e três abstenções. Por fim, pôs em análise o processo da servidora Akynara Aglaé Rodrigues
75 Santos da Silva Burlamaqui, em que o conselheiro **Pedro Thiago Valério de Souza** apontou, novamente, possível
76 inconsistência das datas e sugeriu correção. O presidente deste Conselho, **Nildo da Silva Dias**, pôs em votação,
77 a qual foi aprovada com dezoito votos favoráveis e uma abstenção. **QUARTO PONTO.** O presidente deste
78 Conselho, **Nildo da Silva Dias**, realizou a leitura do ponto de pauta e pôs em apreciação. Não havendo
79 discussão, pôs a resolução Consuni/Ufersa nº 010, de 24 de novembro de 2014 em votação, a qual foi aprovada
80 sua revogação com dezoito votos favoráveis e um voto contrário, revogando, conseqüentemente, as duas
81 resoluções seguintes presentes na pauta. Dada a aprovação das resoluções, o presidente deste Conselho, **Nildo**
82 **da Silva Dias**, considerou o ponto aprovado. **QUINTO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Nildo da Silva**
83 **Dias**, leu o ponto de pauta e pôs em discussão. Na sequência, propôs a participação com fala do Pró-reitor da
84 Pró-reitoria de Planejamento — Proplan José Domingues Fontenele Neto e pôs em votação, a qual foi aprovada
85 por unanimidade. Na sequência, o professor **José Domingues Fontenele Neto** agradeceu a oportunidade e
86 explicou que o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI é o principal documento norteador da instituição,
87 definido por regulamentação legal e com objetivo de orientar o desenvolvimento da universidade ao longo de um
88 determinado período, tradicionalmente cinco anos. Destacou que o PDI atual é considerado de médio prazo
89 devido à maturidade institucional e apresentou as etapas de elaboração, que envolveram duas comissões, uma de
90 coordenação e elaboração e outra de proposição, com participação de aproximadamente trinta membros e doze
91 suplentes. Em seguida, detalhou o cronograma previsto, que incluiu preparação, consulta pública e apreciação
92 pelo Conselho, além de explicar as metodologias utilizadas. Na sequência, o conselheiro **Wesley de Oliveira**
93 **Santos** parabenizou o professor convidado e questionou a relação das metas do PDI 2026–2030 com as metas
94 anteriores. O professor **José Domingues Fontenele Neto** esclareceu que o PDI atual apresenta uma estrutura
95 diferente, com metas e indicadores ajustados à realidade e aos fatores externos, utilizando indicadores
96 governamentais quando necessário. Ele exemplificou como os objetivos estratégicos de ensino de graduação
97 seriam monitorados por meio de indicadores como o índice geral de cursos e o Exame Nacional de Desempenho
98 dos Estudantes — ENADE, detalhando que cada pró-reitoria definirá as ações estratégicas anuais com base nos
99 objetivos e indicadores do PDI. A conselheira **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva** parabenizou o
100 desenvolvimento do PDI e ressaltou a importância do processo participativo, relatando a atuação do *campus*
101 Caraúbas na comissão interna de contribuições, e questionou sobre o processo de consulta pública e o retorno
102 das sugestões apresentadas. O professor **José Domingues Fontenele Neto** explicou que, ao final da consulta



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

103 pública, as contribuições foram analisadas pela comissão de coordenação e elaboração. Alterações com cunho
104 estratégico foram acatadas, enquanto contribuições operacionais foram incorporadas aos planos de ação das
105 unidades responsáveis. Destacou a importância da organização das comissões nos *campi* para garantir
106 participação efetiva e relatou experiências de reuniões presenciais e online com os diretores dos centros. Concluiu
107 afirmando que o modelo do PDI ainda está em aperfeiçoamento, com expectativa de que futuras gestões possam
108 continuar o processo participativo e de planejamento institucional. O conselheiro **Rodrigo Silva da Costa**
109 **Goldbaum** destacou que o novo PDI apresenta-se mais enxuto e menos engessado do que os anteriores,
110 enfatizando que algumas metas antigas eram irrealistas por dependerem de fatores externos, como bloqueios e
111 desbloqueios orçamentários ao longo do ano. Parabenizou a Proplan pela construção de um PDI mais flexível,
112 pautado em indicadores numéricos capazes de capturar informações essenciais para o avanço institucional. Por
113 fim, sugeriu que os programas, processos e ações sejam apresentados ao Conselho de Administração — Consad,
114 permitindo maior visibilidade e reconhecimento pela universidade. Finalizou sua fala manifestando preocupação
115 com o processo de monitoramento, destacando que essa é uma das etapas mais importantes do PDI, e colocou-
116 se à disposição para colaborar enquanto conselheiro do Consuni, enfatizando a necessidade de considerar os
117 custos de implantação das ações como investimento e não como gasto. Em resposta, o professor **José**
118 **Domingues Fontenele Neto** esclareceu que o documento já prevê, em seu corpo, a elaboração de planos de
119 ação, os quais deverão ser aprovados pelo comitê de governança e gestão, podendo também ser encaminhados
120 ao Conselho Universitário e à comunidade acadêmica. Reconheceu que a ausência histórica de um sistema de
121 monitoramento contínuo do PDI é uma fragilidade institucional e destacou a importância de acompanhar as ações
122 ao longo do ano, e não apenas em avaliações anuais. Na sequência, o conselheiro **Lucas Ambrósio Bezerra de**
123 **Oliveira** reconheceu o esforço coletivo da equipe envolvida na elaboração do PDI, ressaltando o histórico
124 institucional de busca por um documento estratégico orientador e a importância de alinhar metas às reais
125 capacidades da universidade, evitando frustrações. Destacou que outras instituições dispõem de equipes
126 exclusivas e numerosas para essa finalidade, o que reforça a necessidade de valorizar o trabalho realizado.
127 Enfatizou ainda a importância de que servidores e servidoras reflitam continuamente sobre como suas atividades
128 contribuem para os objetivos e metas do PDI, fortalecendo o direcionamento estratégico institucional. Dada a
129 discussão, o professor **José Domingues Fontenele Neto**, enquanto presidente da Comissão do PDI, propôs uma
130 emenda de redação no objetivo estratégico dois, relativo ao fortalecimento da pesquisa e da inovação institucional,
131 com a inclusão explícita de programas e ações voltados ao aumento da produtividade e qualidade da pesquisa e à
132 equidade e desenvolvimento da pesquisa. Justificou a proposta pela necessidade de atender de forma mais clara
133 às exigências de editais de fomento. O presidente deste Conselho, **Nildo da Silva Dias**, pôs o ponto em votação,
134 o qual foi aprovado por unanimidade. **SEXTO PONTO.** O presidente deste Conselho, **Nildo da Silva Dias**,
135 realizou a leitura do ponto de pauta, referente à outras ocorrências, e pôs em apreciação. Na oportunidade, a
136 conselheira **Leonete Cristina de Araújo Ferreira Medeiros Silva** registrou a realização da I Semana
137 Universitária, ocorrida semanas antes, e destacou a ação conjunta entre a Pró-reitoria de Extensão e Cultura —



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

138 Proec, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação — PROPPG e Pró-reitoria de Graduação — Prograd, bem como
139 o envolvimento das coordenadorias acadêmicas. Ressaltou a mobilização institucional e fez um agradecimento
140 especial à Coordenadoria Acadêmica do *campus* Caraúbas pelo êxito na coordenação do evento. O conselheiro
141 **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira** registrou a data de 23 de dezembro de 2008, correspondente à aprovação,
142 pelo Consuni da época, da Resolução que autorizou a implementação do *campus* Angicos, ressaltando que o
143 *campus* possui duas datas simbólicas de aniversário, essa e a do início das atividades acadêmicas. Informou que,
144 em comemoração à data, seria lançado um minidocumentário sobre o processo de construção do Mural Angicos,
145 localizado no centro de convivência do *campus*, e convidou a comunidade acadêmica a acompanhar o material.
146 Em seguida, o conselheiro **Rodrigo Silva da Costa Goldbaum** apresentou uma solicitação encaminhada pela
147 direção do CCBS, referente à Resolução Consuni/Ufersa nº 86, de 1º de dezembro de 2023, que trata do termo de
148 cessão de uso para a construção da Policlínica Municipal. Relatou a preocupação do CCBS com a possibilidade
149 de alteração da natureza da unidade, de policlínica para hospital municipal, o que poderia impactar as
150 contrapartidas acadêmicas pactuadas originalmente, especialmente para o curso de Medicina. Destacou que há
151 dúvidas quanto à manutenção dessas pactuações e à necessidade de nova avaliação institucional pelo Consuni,
152 uma vez que qualquer alteração na natureza da cessão deveria ser apreciada pela mesma instância que autorizou
153 o termo. Assim, o CCBS solicitou que o tema fosse pautado no Consuni, precedido de diálogo entre a
154 administração central e o Centro, a fim de identificar novas necessidades acadêmicas, considerando também
155 futuros cursos da área da saúde. Em resposta, o presidente deste Conselho, **Nildo da Silva Dias**, esclareceu que
156 não houve, até aquele momento, comunicação oficial da prefeitura acerca de alterações na natureza da policlínica
157 e informou que a gestão já havia provocado o município para se manifestar formalmente, acrescentando que o
158 gabinete adotaria as medidas legais cabíveis diante da situação. A conselheira **Maria Kaliane de Oliveira Moraes**
159 parabenizou a instituição pela aprovação do PDI, destacando a clareza e objetividade do documento. Também
160 registrou preocupações relacionadas ao cenário político nacional e aos impactos diretos para a universidade,
161 especialmente no que se refere a pautas remanescentes da última greve dos técnicos administrativos e,
162 posteriormente, dos docentes. Expressou repúdio à aprovação, no âmbito do Senado Federal, de medidas
163 relacionadas à dosimetria, entendidas por ela como afronta à Constituição e à democracia. Nada mais havendo a
164 discutir, o presidente deste Conselho, **Nildo da Silva Dias**, deu por encerrada a reunião, e eu, Luiz Djalma Dias
165 Filho, Secretário dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada sem emendas, na
166 reunião do **dia X de X de 2025**, segue assinada pelo presidente do Consuni, pelos conselheiros presentes nesta
167 reunião e por mim. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.